

# PÓS-GRADUAÇÃO, GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO: NOVAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO EM ANTROPOLOGIA<sup>1</sup>

Miriam Pillar Grossi  
Universidade Federal de Santa Catarina

Busquei, neste texto, fazer um breve apanhado da formação em Antropologia hoje no Brasil. Minha exposição está dividida em duas partes: na primeira, retomo a “tradição”, dando uma visão geral da formação em Antropologia em nível de pós-graduação a partir dos dados das avaliações da CAPES; e, na segunda, reflito sobre o novo momento que se vive hoje na graduação e na articulação desta com a Pós-graduação através de cursos de especialização e de mestrados profissionalizantes. Aponto, ao longo de minha exposição, questões polêmicas e problemáticas no interior de nosso campo profissional – questões que foram, no nosso entender, o centro de reflexão coletiva dos participantes do encontro *Ensino de Antropologia: Questões e Desafios*, durante o qual uma primeira versão deste texto foi apresentada.

## I. A Antropologia na Pós-graduação

Iniciemos por um breve retrato histórico sobre a constituição da Pós-graduação em Antropologia no Brasil. A maioria dos programas de pós-graduação da área tem mais de vinte e cinco anos de existência. Até o final dos anos 1960, o

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado no Encontro de Ensino em Antropologia, no dia 05 de Dezembro de 2002. Agradeço o convite das organizadoras e a honra de poder fazer estas reflexões com colegas que tiveram um papel fundamental na consolidação da Antropologia Brasileira e também em poder compartilhar minhas idéias com inúmeros alun@s e ex-alun@s do PPGAS/UFSC que têm dado continuidade a nosso projeto de formação antropológica em inúmeras instituições de ensino superior em vários lugares do Brasil.

único lugar onde se podia fazer pós-graduação em Antropologia no Brasil era a Universidade de São Paulo (USP). Na década de 60, é criado o programa de pós-graduação do Museu Nacional na UFRJ, que é seguido pela criação, no início dos anos 1970, pelos programas da Unicamp e da Universidade de Brasília (UnB). Mas é a partir do final da década de 70 que são criados quase todos os programas hoje existentes: UFRGS, UFPE, UFSC, UFPA, UFPR (onde, por muitos anos, foi oferecida uma excelente especialização em Antropologia nos moldes do que hoje é o mestrado).

Havia em 2002, no Brasil, treze cursos de pós-graduação avaliados pela área de Antropologia/Arqueologia: tratava-se de dez cursos de Antropologia (Museu, UnB, USP, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFPR e UFPA), dois cursos de Arqueologia (USP e UFPE – curso criado em 2002) e um mestrado profissionalizante em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural (UCG), que dá formação nas duas áreas: Antropologia e Arqueologia. Dez destes treze programas já estão bastante consolidados, formando alunos em nível de mestrado e de doutorado, sendo que três destes cursos (UFPA, UFPR e UCG) tinham apenas mestrado em 2002.

Sabemos que a área de Antropologia tem uma sólida tradição na pós-graduação brasileira, constituindo-se como uma das áreas situadas ao lado da Física, que tem proporcionalmente o maior número de programas de excelência, com mais de 70% de seus cursos com conceitos acima de 5. Mas a expansão da pós-graduação em Antropologia não se está fazendo dentro da área de Antropologia. Além de não haver praticamente nenhum novo curso em Antropologia criado nos últimos anos<sup>2</sup>, tradicionais cursos, como o de mestrado em Antropologia da UFPA, estão deixando nossa área<sup>3</sup> para integrarem a área de

<sup>2</sup> Este dado modificou-se após este seminário, tendo sido criados, desde então, os seguintes programas de pós-graduação em Antropologia: UFRN em 2005, UFMG em 2006 (este também articulando formação em Antropologia com Arqueologia) e UFSCar, programa que está previsto para iniciar em 2007. Outros projetos de criação de programas de pós-graduação em Antropologia nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste estão em curso, levando provavelmente à criação de novos programas em Antropologia nos próximos anos.

<sup>3</sup> Na UFPA, em 2002, os mestrados em Antropologia e em Sociologia uniram-se para a criação de um programa conjunto de Pós-graduação em Ciências Sociais, para permitir a criação de um doutorado na área.

Sociologia, que avalia, além dos cursos de Sociologia, o cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Constatamos, portanto, que parte significativa da formação em nível de Pós-graduação em Antropologia se faz em cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais e que estes cursos não são avaliados pela área de Antropologia na CAPES. Entre esses cursos, que já somam quase que o mesmo número de programas da área de Antropologia, há os que dão um título em Antropologia – como os programas de Antropologia e Sociologia do IFCS/UFRJ, ou da PUC de São Paulo – e outros que dão títulos de Ciências Sociais – como a UFBA, a UERJ, a UFRN, a UFPB<sup>4</sup>. Uma das grandes contradições nesta avaliação da formação em Antropologia fora de nossa área é que não se trata de cursos em que os antropólogos são minoritários no conjunto dos professores, mas de cursos em que a maioria dos professores são antropólogos. Entre as implicações políticas desta apropriação do campo das Ciências Sociais exclusivamente pela área de Sociologia, está o fato de que a expansão da área de Antropologia se esteja fazendo hoje praticamente toda fora da área e, sobretudo, de que a maior parte dos jovens doutores em Antropologia, segundo inúmeros depoimentos que tenho ouvido, não estão podendo desenvolver inteiramente seu potencial antropológico nesses cursos. É importante salientar que há também uma forte presença de antropólogos em cursos de outras áreas, como o campo da Saúde – como é o caso da presença massiva de antropólogos no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da UERJ – ou em programas vinculados à área interdisciplinar.

Evidentemente, esta forte presença de doutores em Antropologia atuando em outros cursos de pós-graduação diz respeito a um aumento exponencial de mestres e de doutores em Antropologia formados na última década que não foram absorvidos nos espaços tradicionais da pós-graduação em

---

<sup>4</sup> Como foi o caso durante o triênio 2001/2004 dos cursos de Ciências Sociais da UFMA, da UFJF, da PUC/RJ, de Sociologia da UFSE, de Ciências Sociais Profissionalizante da PUC/RS, entre outros – todos cursos com significativa presença de jovens antropólogos doutores em seu corpo docente.

Antropologia. Vejamos abaixo um quadro que mostra o crescimento de titulação:

**Quadro de titulação na área de Antropologia/Arqueologia. Período 1992 – 2001**

Período	Biênio 1992/93	Biênio 1994/95	Biênio 1996/97	Triênio 98/2000	Ano de 2001	Total
Doutor@s	24	26	39	91	31	211
Média de titulação por ano	12	13	19,5	30,3	31	
Mestres	128	120	166	283	105	802
Média de titulação por ano	64	60	83	94,3	105	

Fonte – Documento de área de Antropologia na avaliação anual da CAPES

Este quadro mostra que formamos, de 1992 a 2001, 802 mestres e 211 doutores em Antropologia. Em 1992, formamos 12 doutores e 64 mestres. Este número foi aumentando gradativamente ao longo da década; e, em 2001, formamos 31 doutores e 105 mestres, ou seja, triplicamos o número de doutores formados por ano e duplicamos o número de mestres.

Mas, no que diz respeito aos recursos recebidos pelos programas para esta formação de pós-graduação, temos apenas os dados de 2002. Neste ano, a área de Antropologia recebeu da CAPES 101 bolsas de mestrado e 64 de doutorado, num total de 165 bolsas distribuídas entre todos os programas de pós-graduação, mas este número de bolsas não corresponde nem à demanda dos cursos nem à alta produtividade da área.

O quadro acima retrata parcialmente o crescimento de novos profissionais da área de Antropologia. Sabemos que, no mesmo período, foram formados em torno de 4 doutores por ano no exterior (com bolsa da CAPES), mas não dispomos de dados sobre o número de mestres e de doutores formados em Ciências Sociais ou em Sociologia que, orientados por antropólogos, atuam e se reconhecem como profissionais de antropologia<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Para associar-se como sócio estudante à ABA, por exemplo, o estatuto exige que o aluno seja pós-graduando em Antropologia ou em Ciências Sociais.

Onde estão esses ex-alunos titulados? A forte presença, neste encontro, de colegas que estão atuando em inúmeras instituições em todo o país nos aponta para um novo perfil do professor de Antropologia que não atua unicamente em programas de pós-graduação em Antropologia, como podemos ver no quadro abaixo<sup>6</sup>.

**Quadro de Professores do corpo permanente (NRD6) dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia – 2001**

<b>Programas de Antropologia</b>	<b>Número de professores – Quadro Permanente</b>
Museu Nacional	16
UnB	13
USP	14
Unicamp	17
UFRGS	10
UFPE	13
UFSC	14
UFF	11
UFPR	9
UFPA	9
UCG	7
Total	146 professores do quadro permanente

Fonte – Relatório anual de avaliação CAPES 2001

É, portanto, a partir desses dados que venho elaborando minhas reflexões sobre a expansão da área de Antropologia, uma vez que o objetivo do investimento estatal na pós-graduação é de ampliar o campo de atuação dos profissionais titulados. Como representante de área na CAPES<sup>7</sup>, tinha, no período de minha representação, a obrigação institucional não apenas de responder às demandas formuladas pelos programas já existentes, mas de estimular o desenvolvimento e o

<sup>6</sup> Após este encontro, a Associação Brasileira de Antropologia realizou ampla pesquisa, com apoio da CAPES, sobre a formação de Antropologia na década de 90. Os resultados desta pesquisa estão publicados em Ribeiro e Trajano (2004).

<sup>7</sup> Este texto foi escrito no período em que fui representante da área de Antropologia na CAPES (2001/2004).

crescimento da área para novas frentes. As perguntas que me fazia eram: que expansão deveria ser essa? Que tipo de formação deveria ser estimulada? A de doutores que vão atuar em programas de pós-graduação ou a de mestres que vão atuar em instituições de ensino superior em lugares distantes do país ou em ONGs e em organismos estatais? A formação acadêmica avançada ou a demanda por mestrados profissionalizantes e por cursos de especialização? A formação no país ou no exterior, uma vez que se tem como meta na área de Antropologia sua internacionalização acadêmica? Nos grandes centros das regiões sul e sudeste ou nas regiões norte, nordeste e centro-oeste? Para formar mestres em dois anos, não seria necessário haver uma formação mais sólida em Antropologia na graduação? Devemos abandonar a tradição na área de aceitar no mestrado profissionais formados em diferentes áreas de conhecimento?

No que diz respeito à expansão da área de Antropologia na Pós-graduação, trata-se de um processo demorado mas que gradativamente começa a se consolidar, inclusive com novos projetos estatais de expansão da pós-graduação para as regiões norte e centro-oeste. Vários grupos de jovens antropólogos, no interior de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais ou em Sociologia, têm iniciado processos de criação de mestrados específicos em Antropologia.

No próximo item, abordarei apenas três questões relativas à formação em Antropologia na intermediação com a Pós-graduação, item que denominei de “novas demandas de formação”<sup>8</sup>.

## II. Novas demandas de formação

Três me pareciam, em 2002, as novas formas de atender a demandas contemporâneas de formação em Antropologia no Brasil: a criação de cursos de graduação em Antropologia, a

---

<sup>8</sup> Muitas destas questões, relativas às diretrizes da política de expansão da área, foram amplamente discutidas pelo Fórum dos Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Antropologia em nossa gestão e continuam a permear o debate no interior desta instância de formulação das políticas da área. Os principais resultados de minha atuação na CAPES estão publicados em GROSSI, Miriam. Relatório Final de Atividades na CAPES, 2004.

expansão de cursos de especialização e a criação de mestrados profissionalizantes.

### *1. A criação de cursos de graduação em Antropologia*

Uma das principais questões que têm permeado as discussões no interior de nosso campo desde a década passada diz respeito à necessidade de maior formação teórico-metodológica nos cursos de graduação. Alguns propõem mudanças nos currículos de Ciências Sociais, e outros sugerem a criação de cursos de Antropologia<sup>9</sup>. A criação de cursos de graduação em Antropologia está ligada, em parte, às demandas de formação da pós-graduação e, em particular, à pressão sobre os tempos de titulação no mestrado. Há consenso de que, para formar mestres em apenas dois anos, seria necessário que os alunos viessem de uma formação de graduação mais sólida em Antropologia. Outra corrente que reivindica a criação de cursos de Antropologia dá mais ênfase à necessidade de formação mais pragmática no curso, sobretudo pelas demandas do mercado de trabalho de elaboração de projetos, de pesquisas aplicadas, de laudos, etc. Nesta corrente, eu colocaria também algumas posições que pensam na necessidade de ensino de elementos conceituais fundantes da Antropologia no ensino de primeiro e de segundo grau e que começam a refletir sobre uma licenciatura em Antropologia que habilitaria professores em temas dos parâmetros transversais propostos pela LDB. Mas, apesar do intenso debate, as propostas de criação de cursos de Antropologia não tiveram o êxito esperado<sup>10</sup>, e a tendência que observamos é a de fortalecimento da área de Teoria Antropológica nas mudanças nos currículos dos cursos de graduação em Ciências Sociais já consolidados<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Essa tensão parece já estar presente no campo há bastante tempo, como atestam os textos publicados pela ABA em 1996, seminário organizado por Mariza Peirano em 1995, que foi um divisor de águas na época.

<sup>10</sup> Duas das propostas de criação de cursos em Antropologia estão registradas neste livro nos artigos de Wilson Trajano Filho sobre a UnB e de Benedito Santos sobre a UCG.

<sup>11</sup> Este tema é abordado no artigo de Cristina Rubin sobre a Avaliação Nacional dos Cursos de Ciências Sociais do MEC.

## 2. *A volta aos cursos de especialização*

Dentro da mesma discussão sobre a necessidade de formação de alunos para o mestrado, há uma corrente que defende a volta aos cursos de especialização em Antropologia como um espaço intermediário entre a graduação e o mestrado para a qualificação dos futuros mestrandos.

A oferta de cursos de especializações foi uma estratégia usada para a criação de novos cursos de mestrado na década de 1970. Em geral, os grupos que desejavam criar um mestrado iniciavam o projeto por uma ou duas turmas de especialização em Antropologia, experiência que permitia, de alguma forma, que as propostas fossem aceitas pela comunidade acadêmica. Raros foram os casos de cursos de especialização que se mantiveram enquanto tais, sem a criação de mestrado. É consenso, na comunidade antropológica, que o exemplo da UFPR tenha sido um dos projetos mais bem sucedidos, pela manutenção do curso de especialização em Antropologia por quase duas décadas.

Essa proposta também não teve grande acolhida. Na época deste seminário, tínhamos cursos sendo realizados: um de Antropologia Urbana, na UFRN em Natal, e um sobre Desenvolvimento na Amazônia, que foi realizado em duas edições, uma em Manaus e outra em Boa Vista, organizado pelo LACED/MN em parceria com instituições da Amazônia. Parte da resistência à proliferação dos cursos de especialização diz respeito ao fato de que estas modalidades de ensino são, em geral, ministradas como extensão paga e dadas pelos professores geralmente fora de suas cargas horárias regulares, aumentando, assim, a carga dos poucos professores.

Também há questionamentos sobre quem tem direito de ofertar este tipo de curso: apenas os programas de pós-graduação consolidados ou também grupos emergentes que não têm ainda ou nem querem ter programas de pós-graduação? Alguns defendem que esses cursos deveriam ser complementares à formação de mestrado, sobretudo no caso da imensa demanda por especialistas em laudos antropológicos – demanda crescente por parte do Estado que tem sido atendida,



muitas vezes, por jovens recém-egressos do mestrado ou até mesmo da graduação.

Entre os que rejeitam a idéia de cursos de especialização, há a sugestão de que os cursos de especialização deveriam tornar-se mestrados profissionalizantes, que é o ponto que abordarei a seguir, finalizando minhas reflexões.

### *3. Os mestrados profissionalizantes*

Quando a CAPES propôs a criação de mestrados profissionalizantes, há alguns anos, o tema foi visto com ceticismo pela área de Antropologia. Pensávamos que este não era um tipo de curso que caberia em nossa área de conhecimento, no interior da qual o consenso sempre foi de que devíamos dar uma sólida formação teórica e de que esta fundamentaria qualquer atividade mais “prática”.

Graças à existência recente do mestrado profissionalizante em gestão do Patrimônio Histórico e Cultural da UCG, estamos sendo obrigados, na área de Antropologia, a refletir sobre este tipo de formação.

Em que ele deve ser diferente dos mestrados acadêmicos? Na formação teórico-metodológica? No tipo de disciplina ofertada, com ênfase em disciplinas “práticas” – fazer laudos, elaborar rimas, administrar museus, etc.? No trabalho final? Na qualificação dos professores? E um título de mestrado profissional pode ser equivalente a um de mestrado acadêmico para a seleção de um doutorado, por exemplo? Creio que nem o curso de Goiás, do qual participam alguns reconhecidos antropólogos, como os professores Roque Laraia e Klaas Woortman – grandes defensores da formação teórica –, tem ainda claras as respostas a essas questões.

Há uma forte reação, por parte da nossa comunidade acadêmica – sobretudo a vinculada aos programas de pós-graduação consolidados –, a este tipo de formação. Por outro lado, há um importante movimento, por parte de profissionais que atuam em questões ligadas tematicamente à Antropologia – como questões indígenas, patrimônio, saúde pública, atividades na área da cultura, dos direitos humanos e da

segurança pública, do gênero e da sexualidade, etc. –, por esse tipo de formação. O que devemos fazer? Como atender a esta demanda sem desqualificar o status do antropólogo?

## Conclusões

Apontei, aqui, alguns dos impasses políticos sobre o espaço institucional de formação em Antropologia na Pós-graduação, na graduação e em novas modalidades de especialização. Gostaria de enfatizar que não deve haver separação entre os diferentes níveis de formação. Trata-se, hoje, de fazer beneficiar as formações de graduação e de pós-graduação das reflexões e dos avanços que ambas fizeram, muitas vezes de forma separada.

Devemos levar para a graduação coisas que consideramos um ganho do sistema de pós-graduação (e nisso a avaliação tem um papel importante), como a construção de um projeto coerente e unificado de curso, de linhas de pesquisa e, conseqüentemente, resultado em projetos de Iniciação Científica e em Trabalhos de Conclusão de Curso.

Devemos levar para a pós-graduação reflexões sobre a prática de ensino e sobre didática, questões que já começam a se fazer em alguns lugares em torno da avaliação do treinamento ao ensino que o estágio docência permite tanto para o aluno quanto para o professor, que passa a ter, em sua aula, um mediador, nos termos do que Roberto Cardoso de Oliveira define como ação do antropólogo “prático”.

Penso que é nessas interfaces que poderemos ampliar o campo da formação em Antropologia, sem perder o rigor teórico e os compromissos éticos que nos caracterizam como área de excelência.